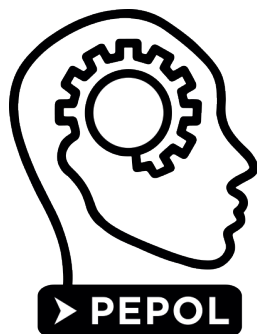

Abordagens e técnicas de pesquisa na área de história intelectual

*Laboratório de Pensamento Político
(PEPOL)*



PEPOL WORKING PAPERS Nº 2

jun. 2021

Laboratório de Pensamento Político (PEPOL)

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Universidade Estadual de Campinas
Rua Cora Coralina, 100
Cidade Universitária Zeferino Vaz, Barão Geraldo
Campinas (SP) – Brasil
CEP 13083-896

Coordenação

Prof. Dr. Alvaro Bianchi (DCP/Unicamp)

Prof. Dr. André Kaysel (DCP/Unicamp)

Prof. Dr^a. Daniela Mussi (IFCS/UFRJ)

Prof. Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos (FCL/Unesp-
Marília)

PEPOL Working Papers

n. 2, 2021

Citar como:

LABORATÓRIO DE PENSAMENTO POLÍTICO. Abordagens e técnicas de pesquisa na área de história intelectual. *PEPOL Working Papers*, Campinas, n. 2, jun. 2021

Os métodos de pesquisa incluem *abordagens* e *técnicas* diversificadas. As abordagens são maneiras de ver o objeto da pesquisa. Elas definem os objetivos, ou seja, o que a investigação procura e deseja encontrar. As técnicas são os modos, as ferramentas, por meio dos quais esses objetivos são realizados. As abordagens mais comuns na história intelectual praticada no Brasil são o contextualismo linguístico (POCOCK, 2009; SKINNER, 2002), a história dos conceitos (KOSELLECK, 2006, 1992) e a história conceitual do político (ROSANVALLON, 2010). No âmbito do PEPOL-Unicamp predominam versões do que denominamos de uma *história política do pensamento político*. De certa maneira, podemos dizer que tais abordagens convocam suas próprias técnicas de pesquisa e as fontes que precisarão ser mobilizadas durante a investigação.

O *contextualismo linguístico*, tal como concebido por Skinner, procura reconstruir aquilo que um autor está fazendo com seu texto, comparando os usos correntes de certas palavras com os novos sentidos introduzidos por um autor e destacando as inovações linguísticas. Esse tipo de pesquisa exige um amplo corpus documental, que permita primeiro estabelecer os sentidos correntes atribuídos a certas palavras para depois fazer a

comparação e identificar as rupturas. A pesquisa vai além, portanto, das grandes obras e compila um grande número de escritos menores de autores pouco conhecidos hoje, mas que podem ter sido relevantes no contexto original, os quais funcionam como indicadores dos sentidos predominantes em um certo contexto. A investigação das intenções do autor principal que está sendo investigado, por sua vez, exige uma reconstrução atenta do texto, confrontando-o com os escritos de ocasião que este foi produzindo, tais como cartas, artigos para a imprensa, manifestos, etc., para, desse modo, reconstruir o que ele estava fazendo com as palavras em um contexto linguístico e político específico.

A história dos conceitos tem por objetivo analisar expressões fundamentais de conteúdo social ou político, cujos sentidos podem ser estudados mediante a história da língua e a história social. Para Koselleck, a tradução dos significados lexicais existentes no passado é parte de nossa compreensão atual. As alterações estruturais de longo prazo só poderiam ser captadas, segundo esse autor, mediante uma investigação diacrônica da estrutura profunda dos conceitos. Esse princípio diacrônico permite revelar os processos de permanência, alteração e ineditismo dos significados lexicais. As fontes documentais para esse empreendimento são variadas: 1) aquelas nas quais se inscreve a linguagem do cotidiano, tais como cartas, artigos e editoriais de jornais, manifestos políticos, petições e requerimentos; 2) aquelas nas quais é possível identificar as estruturas repetitivas próprias da semântica de um conceito e medir as inovações de sentido, dicionários e enciclopédias; 3) aquelas que permanecem

relativamente inalteradas no decorrer das sucessivas edições, os textos considerados clássicos (KOSELLECK, 1992, p. 143–144).

A história conceitual do político tem por objetivo compreender as modalidades de projeção e desenvolvimento dos sistemas representativos, por meio dos quais os indivíduos e os grupos sociais concebem a vida em comum. Trata-se de uma história filosófica, que lida com os conceitos que organizam a auto-representação da sociedade, tais como soberania, democracia, igualdade, etc. , os quais dão sentido aos eventos. Esta abordagem procura entender como uma época, um país ou um grupo social procura, a partir desses conceitos, construir respostas para aquilo que percebem como um problema. De acordo com Rosanvallon, seu "objetivo consiste, portanto, em identificar as constelações históricas em torno das quais novas racionalidades políticas e sociais se organizam, representações da vida pública sofrem mudanças decorrentes da transformação das instituições, e das formas de relacionamento e de controle social" (ROSANVALLON, 2010, p. 44). O empreendimento proposto pela história conceitual do político exige um conjunto amplo de obras. Esta abordagem não propõe o estudo de um autor e sim das ideias, os conceitos, mobilizados por grandes grupos sociais. Jornais, revistas, manifestos, panfletos, opúsculos, livros, ou seja, uma gama diversa de fontes documentais são mobilizadas nas pesquisas orientadas por esta perspectiva.

A história política do pensamento político considera que todo pensamento político é um movimento na luta política dos partidos e, que, portanto, a história do pensamento político é, ela própria,

política (cf. BIANCHI, 2014). A especificidade desse movimento está em que ele ocorre por meio de discursos políticos, ideológicos, historiográficos, ou mesmo filosóficos que expressam a luta dos partidos ao mesmo tempo em que são meios, não os únicos certamente, para a realização dessa luta. O pensamento político ganha sentido, assim, nos contextos particulares de sua produção, circulação e tradução. Nesta abordagem texto e contexto encontram-se imbricados. Para compreender essa relação de imbricamento a pesquisa recorre, frequentemente, a fontes diversificadas, dentre as quais, muitas vezes, ganham destaque escritos políticos produzidos com o propósito imediato de intervir em uma específica conjuntura política ou por meio dos quais certas ideias políticas são expostas abertamente a interlocutores privilegiados.

A menos que a intenção da pesquisa seja exemplificar o uso de uma abordagem, mostrando como ela poderia ajudar a compreender melhor certo objeto de pesquisa, ou que a investigação faça parte de uma pesquisa maior organizada a partir de uma abordagem abrangente, não é necessário anunciar no projeto a adesão a uma ou outra. Uma atitude mais aberta e flexível, dir-se-ia até, eclética, na qual aspectos de diferentes abordagens sejam mobilizados conjuntamente pode contribuir com a investigação, mas principalmente, pode evitar que falsas expectativas sejam criadas a respeito do desenvolvimento do projeto.

Na área de história intelectual a *análise documental* é a técnica privilegiada da investigação. De acordo com Aróstegui, "a análise

documental poderia ser definida como o conjunto de princípios e operações técnicas que permite estabelecer a fiabilidade e adequação de certo tipo de informações para o estudo e explicação de um determinado processo histórico" (ARÓSTEGUI, 2006, p. 508). A *crítica externa* procura verificar a *autenticidade* (fiabilidade) dos documentos, recorrendo à análise técnica de suas características materiais e, muitas vezes, à linguística e à filologia. Uma vez estabelecido o corpus documental e identificada sua autenticidade é possível passar à *crítica interna* dos documentos, interpretando o conteúdo destes, o que implica não apenas um conhecimento aprofundado da linguagem do documento, mas também do contexto no qual ele foi produzido ou recepcionado.

A análise documental permite construir o *corpus documental* que fornecerá a "matéria-prima" da pesquisa. O projeto deve explicitar que fontes documentais utilizará – livros, revistas, jornais, cartas, discursos, documentos oficiais, etc., – especificando ao máximo essas fontes e descrevendo-as sumariamente, se possível reconstruindo sua história, e indicando o volume – quantidade de exemplares, número de páginas, etc. Para jornais e revistas é importante indicar o período de existência, a periodicidade, os fundadores, a orientação político-intelectual e mudanças significativas que porventura tenham ocorrido no corpo editorial, bem como aspectos gráficos, número de páginas, tiragem, etc. O recorte cronológico da pesquisa tende a ser o mesmo do corpus documental. Por isso é importante defini-lo explicitamente e justificá-lo no desenho da pesquisa. Também é

importante que o projeto indique onde essas fontes se encontram e como serão acessadas.

O desenvolvimento da historiografia contemporânea permitiu superar a ideia de que os documentos são um suporte inerte de dados que se oferecem à pesquisa. Os momentos da crítica externa e interna deixaram de ser concebidos como dois estágios separados no tempo. É na pesquisa que certos documentos podem adquirir o status de "fontes históricas" e desse modo assumir sentidos que antes não possuíam ou que não eram perceptíveis. A análise documental prepara e permite, desse modo, o exercício hermenêutico de interpretação dos sentidos e das intenções inscritas nos documentos. Tais sentidos podem ter sido inscritos intencionalmente pelo próprio autor ou podem ter sido uma obra do tempo, sentidos atribuídos pelos contemporâneos ou pelos pósteros, sentidos estes que, para os fins da pesquisa, podem ser tão ou mais importantes do que aquilo que o escritor original pretendeu dizer ou fazer com sua obra.

No projeto a viabilidade da pesquisa deve ficar clara na apresentação desses materiais que precisarão ser reunidos e nas condições necessárias para tal. Se as hipóteses necessitarem para ser confirmadas de um manuscrito cuja existência nunca foi comprovada, ou então, entrevistas com um grupo de pessoas que se recusam a dá-las, é melhor formular outras hipóteses. Outro pode ser o caso quando se sabe a existência de determinado documento muito embora sua localização não seja conhecida.

Para que não se pense que isso só pode ocorrer com documentos muito antigos, tome-se como exemplo um caso

recente. A edição *The Idea of History*, de R. G. Collingwood (1946), preparada por Malcolm Knox após a morte desse conhecido historiador, utilizou partes de um manuscrito intitulado *The Principles of History*, escrito durante uma visita às Índias holandesas durante 1938-1939. O manuscrito continha aproximadamente noventa páginas e apresentava alguns capítulos concluídos, intitulados “Evidence”, “Action” e “Nature and Action”. Uma parte desse manuscrito foi incorporado nos “Epilegomena” de *The Idea of History* com o título “Historical Evidence” e “History and Freedom” (COLLINGWOOD, 1946, p. 249–281; 315–320; VAN DER DUSSEN, 1997). Sabia-se, portanto, da existência do manuscrito, mas não sua localização. Ao contrário do que se poderia imaginar, ele não se encontrava na Bodleian Library em Oxford, que desde 1978 havia disponibilizado os arquivos de Collingwood aos pesquisadores (VAN DER DUSSEN, 1979). Quase duas décadas depois, o texto original de *The Principles of History* foi encontrado nos arquivos da Oxford University Press.

Suponha-se que um pesquisador, trabalhando na década de 1980 apresentasse a hipótese de que ao contrário do que Malcolm Knox anunciou no prefácio de *The Idea of History*, Collingwood não estivesse, em seus últimos escritos tendendo a considerar supérflua a filosofia da história, subsumindo toda a filosofia na história. Ele poderia procurar comprovar sua hipótese pesquisando nos textos de Collingwood, principalmente nos póstumos *The Idea of History* e *Essays in the Philosophy of History* (COLLINGWOOD, 1946, 1965), fontes fundamentais e imprescindíveis para a investigação. Também seria importante recorrer aos manuscritos presentes na

Bodleian Library investigando nas quase três mil páginas que o historiador deixou inéditas. Por último, pressupondo que a não publicação do conjunto de *The Principles of History* teria sido decorrência de uma subvalorização da filosofia por Knox e não por Collingwood poderia dedicar esforços à busca do manuscrito perdido.

Se nessa investigação o suposto pesquisador achasse o manuscrito, sua hipótese encontraria fortes evidências. Mas a hipótese não poderia assentar-se exclusivamente na possibilidade de localizar o manuscrito ou de que se encontrado ele forneceria evidências para sustentar a hipótese inicial. Se assentasse a pesquisa em uma mera suposição as chances de todo o empreendimento ser mal sucedido com um custo elevado em tempo e dinheiro seria enorme, isso sem falar no impacto que esse fracasso teria no estado de ânimo do próprio pesquisador.

Não é só a impossibilidade de obter os documentos, dados e informações necessárias que deve ser levada em conta, mas também a possibilidade de reuni-las com o tempo e o dinheiro disponíveis. No Brasil os recursos disponíveis para a pesquisa na área das ciências humanas costumam ser escassos. Viagens para a pesquisa de documentos em bibliotecas estrangeiras costumam ser muito dispendiosas. No contexto presente, no qual as restrições de mobilidade devido à pandemia ainda persistem e persistirão por mais algum tempo, é importante saber se essas fontes já estão digitalizadas e como é possível acessá-las à distância. É preciso pensar muito bem e avaliar os recursos disponíveis antes de

anunciar que um caminho será percorrido e de iniciar a caminhada.

Em seus vários momentos a análise documental pode ser acompanhada de outras técnicas de investigação. A *filologia*, por exemplo, pode ser uma técnica auxiliar da análise documental, principalmente na análise da autenticidade dos documentos. Mas também pode ser uma ferramenta poderosa para a interpretação destes. A primeira pergunta que é preciso responder antes de recorrer a este método é se o texto estudado é um ou vários (CONTINI, 2014). Se o texto é múltiplo, ou seja, se existem várias versões dele, o método filológico pode ser uma ferramenta adequada. Ele pode ser, por exemplo, muito útil a) nas situações em que um autor escreveu várias versões do texto ou estudos iniciais, reconstruir o processo de produção dos conceitos no interior de uma obra e, desse modo, compreender as intenções e os motivos do autor; ou b) nas situações em que os editores intervieram posteriormente, modificando o texto, acrescentando ou suprimindo partes, ou fazendo escolhas de tradução que imprimiam sentidos que não se encontravam necessariamente no original, o método filológico pode ser auxiliar nos estudos da recepção de uma obra.

Difícilmente o método filológico poderá ser útil, entretanto, se o objetivo é estudar como certas ideias ou ideologias políticas encontraram seu lugar nas páginas de algum jornal específico. Neste caso, a *análise de conteúdo* pode ser ferramenta produtiva. A análise de conteúdo é um conjunto específico de técnicas quantitativas e qualitativas, que permite fazer inferências válidas e

replicáveis a partir dos textos e dos contextos de seus usos (KRIPPENDORFF, 2004, p. 18; BARDIN, 1977). Obviamente, nem toda análise e interpretação *dos* conteúdos textuais é uma análise *de* conteúdo. Na análise de conteúdo o estudo da linguagem do texto permite estabelecer correlações com realidades que não se encontram explicitamente registradas nele. O procedimento básico, muitas vezes levado a cabo com a ajuda de softwares como o Atlas TI ou NVivo, consiste em uma leitura sistemática na qual são atribuídos códigos a certas palavras ou conjuntos de palavras para posteriormente analisar a frequência quantitativa, identificando os diferentes padrões nos quais elas aparecem, ou identificar por meio de análise qualitativa os sentidos atribuídos nos textos a elas.

A análise de discurso é uma disciplina de interpretação e pode ser um método de interpretação produtivo para a história intelectual e do pensamento político. Depois da sua introdução nas ciências sociais e humanas o conceito de discurso foi encarregado de definir e tratar acerca de problemas específicos em múltiplas áreas de pesquisa (HOWARTH, 2000). Largamente implícito e subtematizado conceitualmente, o termo continua a ser empregado na análise político social por autores das tradições estruturalistas, pós-estruturalistas e pós-marxistas. O crescimento no uso do conceito de discurso, que hoje ocupa um papel significativo nas ciências sociais contemporânea, tem como um, entre vários fatores interconectados, a crescente insatisfação com as abordagens positivistas correntes na área e a sua perda de hegemonia no interior das disciplinas como sociologia e ciência política.

Uma das suas vertentes é a análise de discurso de linha francesa na qual Michel Pêcheux (2019 [1969]) foi um dos fundadores. Essa análise de discurso nasceu no entremeio entre a linguística, o marxismo e a psicanálise propondo uma análise materialista do discurso. Ela parte da tese de que o discurso é “efeito de sentidos entre locutores” para pensar as condições de produção desse discurso - condições que não são equivalentes ao contexto, mas às diferentes posições na estrutura de uma formação social, constituídas pelas formações imaginárias que, por sua vez, são projeções das formações ideológicas no discurso. Nesse sentido, o discurso é atravessado pelas formações ideológicas, pela história e pelas relações de forças.

Para esta teoria, o discurso apresenta-se como um acontecimento, como uma intersecção entre as estruturas. Os indivíduos são interpelados em sujeito pela ideologia, pelo simbólico. A relação entre o pensamento e o mundo não é unívoca, ela é mediada pela linguagem. Por isso, a linguagem não é transparente: os sentidos dos textos são também construídos pelos gestos de interpretação sendo o discurso o (des)encontro entre as formações discursivas, entre os movimentos da estrutura e as condições de produção que são fundamentais para o analista. O discurso, ao mesmo tempo que comunica, não comunica, isto é, ele recorta o que comunicar, é uma posição na estrutura de relações sociais (ver ORLANDI, 2007). Nesse sentido, pensando nas pesquisas na história do pensamento político, a análise de discurso, como disciplina de interpretação, aponta a constituição de um corpus de análise, de um arquivo, que vai para além do

texto do próprio autor e que é constituído pelas diversas formações discursivas que nos permitem analisar a produção do sentido no próprio discurso dos pensadores políticos. E a própria análise é uma intervenção, uma interpretação possível do pensamento dos autores: não uma interpretação qualquer, mas uma possível na rede de sentidos determinadas pelas condições de produção.

Sirinelli indicou que no estudo dos grupos intelectuais a abordagem prosopográfica pode ser útil (1996). A *prosopografia* é uma técnica de investigação de características comuns de um conjunto de atores históricos. Tais características podem dizer respeito , " a respeito de nascimento e morte, casamento e família, origens sociais e posição econômica herdada, lugar de residência, educação, tamanho e origem da riqueza pessoal, ocupação, religião, experiência em cargos e assim por diante" (STONE, 2011, p. 115). Esta técnica permitiria, por um lado, interpretar as "origens da ação política", ou seja, as características homogêneas de certo grupo que permitiriam a emergência de interesses comuns, e, por outro, "a estrutura da mobilidade social" e dessa maneira iluminar as transformações que ocorrem na sociedade e nos grupos estudados (STONE, 2011, p. 115–116). Para a história intelectual essa técnica pode ser extremamente útil para o estudo das estruturas elementares de sociabilidade e das gerações (SIRINELLI, 1996).

Para grupos mais amplos de intelectuais a técnica prosopográfica pode combinar-se com a *análise de redes*, a qual poderá aplicar uma abordagem *sociométrica* para identificar as estruturas de relações subjacente a todo o grupo, ou abordagem

das *redes pessoais*, para identificar as relações que um indivíduo estabelece com os demais membros da comunidade (NEWMAN, 2010, p. 44). A análise de rede também pode ser utilizada para a obtenção de informações narrativas em grandes corpus documentais. Neste caso, o corpus é transformado em uma rede formada por laços entre atores e objetos da narração. Esse procedimento permitiria identificar os aspectos centrais de certas narrativas e as relações que os sujeitos e os objetos destas estabeleceriam (ver p. ex. SUDHAHAR *et al.*, 2015).

Referências bibliográficas

ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: Edusc, 2006.

BARDIN, Laurence. **L'analyse de contenu**. 1. éd. Paris]: Presses universitaires de France, 1977(Psychologue 69).

BIANCHI, Alvaro. Para uma história política do pensamento político: anotações preliminares. **GPMPP Working Papers**, n. 1, 2014. .

COLLINGWOOD, R. G. (Robin George). **Essays in the philosophy of history**,. Austin: University of Texas Press, 1965.

COLLINGWOOD, R. G. (Robin George). **The idea of history**. Oxford: Clarendon Press, 1946.

CONTINI, Gianfranco. **Filologia**. Milano: Il Mulino, 2014.

HOWARTH, David R. **Discourse**. Buckinghamshire, England ; Philadelphia, Pa.: Open University Press, 2000(Concepts in the social sciences).

KOSELLECK, Reinhart. História dos conceitos e história social. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006. p. 97–118.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 136–146, 1992.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Content analysis: an introduction to its methodology**. 2nd ed. Thousand Oaks, Calif.: Sage, 2004.

NEWMAN, Mark. **Networks: An Introduction**. Oxford: University Press, 2010.
<https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199206650.001.0001>.

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 7. ed. Campinas: Pontes, 2007.

POCOCK, J. G. A. **Political thought and history: essays in theory and method**. Cambridge: Cambridge University, 2009.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010.

SIRINELLI, Jean-François. Intelectuais. *In*: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: UFRJ; FGV, 1996. p. 231–270.

SKINNER, Quentin. **Visions of politics: Regarding method**. Cambridge: Cambridge University, 2002. v. I, .

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 39, p. 115–137, jun. 2011.
<https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000200009>.

SUDHAHAR, Saatviga; DE FAZIO, Gianluca; FRANZOSI, Roberto; CRISTIANINI, Nello. Network analysis of narrative content in large corpora. **Natural language engineering**, Cambridge, v. 21, n. 1, p. 81–112, 2015.

VAN DER DUSSEN, Jan. Collingwood's "Lost" Manuscript of The Principles of History. **History and theory**, Oxford, UK and Boston, USA, v. 36, n. 1, p. 32–62, 1997..

VAN DER DUSSEN, W. J. Collingwood's Unpublished Manuscripts. **History and theory**, Middletown, Conn, v. 18, n. 3, p. 287–315, 1979.